

Maiores Salários para Alemães, Holandeses e Austríacos ?

Rubens Penha Cysne*

22/01/2011

Uma elevação generalizada de salários nominais para residentes na Alemanha, Holanda e na Áustria ajudaria a reduzir os desequilíbrios internos da área do Euro. Para Brasil, ao qual não interessam crises monetárias externas, haveria ainda o ganho de competitividade nas exportações.

É interessante observar os saldos da conta corrente do balanço de pagamentos dos 17 países da zona do Euro. Na média 2009-2010, a Alemanha, a Holanda e a Áustria aparecem com saldos em bilhões de dólares de, respectivamente, 181,7; 43,3 e 8,6. Seguem quatro economias com saldos abaixo de U\$ 3,5 bilhões e dez outras dez economias (incluindo a França), com déficits na conta corrente que chegam a atingir U\$ 76 bilhões (Espanha). O saldo total dos dezessete países fica negativo em algo da ordem de U\$ 13,8 bilhões.

O problema básico e perene do Euro pode ser colocado de forma sucinta: a criação de uma área monetária elimina o câmbio nominal, mas não o câmbio real. Sendo os países da área do Euro fortemente assimétricos no que diz respeito a ganhos de produtividade ao longo do tempo, há uma tendência à geração de desequilíbrios comerciais internos. Tal fato foi perigosamente deixado de lado na fixação das bases do Acordo de Maastricht. Não por ignorância, mas em função das dificuldades políticas que sua discussão plena teria gerado.

Desde a criação do Euro, Alemanha, Holanda e Áustria, para citar apenas três países do grupo dos países superavitários, têm apresentado ganhos de produtividade superiores àqueles associados à Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha. Isto torna os preços dos produtos produzidos naqueles (primeiros) países permanentemente mais competitivos, majorando de forma contínua o desequilíbrio de exportações e importações no seio da zona do Euro. O resultado tem sido um endividamento contínuo dos países de menor produtividade relativa, gerando potencial para crises financeiras e uma permanente ameaça à idéia de moeda única.

No sistema pré-Euro, com a convivência de diversas taxas nominais de câmbio, a solução clássica seria uma desvalorização das moedas dos países pouco competitivos. Com moeda única, como agora ocorre, há duas alternativas: queda de salários nominais nos países de baixa produtividade e/ou migração de mão de obra de países de baixa produtividade para países de alta produtividade.

Embora canônicas, do ponto de vista da teoria econômica, tais alternativas caracterizam-se por dificuldades de ordem prática muito superiores àquelas associadas a uma desvalorização cambial. Quedas de salários nominais, como se sabe desde a publicação da Teoria Geral do Emprego, por John Maynard Keynes, em 1936, pertence ao topo do conjunto “easier said than done”. Há falta de quem puxe a fila, baixando os salários que paga, pela grande antipatia que

gera a queda relativa de rendimentos (vide o caso recente da Grécia com o a tentativa de reduzir o salário do funcionalismo público).

Quedas salariais ao longo de toda a população ativa podem gerar reações menos violentas. Trata-se de um resultado que uma desvalorização cambial consegue com facilidade insuperável, mas que governo algum consegue implementar sem incorrer em fortíssimos custos políticos.

Migração de mão de obra, por outro lado, esbarra em dificuldades culturais, lingüísticas e políticas de solução ainda mais complicada. É difícil imaginar a Alemanha, a Holanda e a Áustria sendo invadida por massas de trabalhadores gregos ou portugueses a gerarem transferências para seus países de origem corretoras de desequilíbrio comerciais.

Uma solução menos canônica, mas igualmente corretiva, ainda que com efeitos colaterais não desprezíveis sobre a inflação, seria uma elevação de salários nominais em todos aqueles países de maiores aportes de produtividade. Isto tenderia a equilibrar as contas no seio do Euro, pois encareceria relativamente os produtos alemães, holandeses e austríacos relativamente àqueles produzidos nos países caracterizados por menor aporte de produtividade.

Claro que tal tipo de ajuste também tornaria as exportações da área do Euro menos competitivas, relativamente ao resto do mundo (em particular, as da Alemanha). Isto seria bom para países como o Brasil. Pelo menos, até que os países do Euro percebessem que a medida complementar a tal idéia seria aceitar uma razoável desvalorização subsequente de sua moeda frente ao dólar¹. O problema neste caso seria um fomento adicional à inflação na área do Euro. Mas, como se sabe em economia, o cobertor é sempre curto: cobrir a cabeça implica em deixar de cobrir os pés.

Mais razoável economicamente seria a instituição de um governo europeu promotor de políticas de homogeneização de ganhos de produtividade entre diferentes nações. Ou seja, uma efetiva nação européia, com política e orçamento fiscal também unificados. Infelizmente, entretanto, disto estamos talvez ainda mais distantes.

***Rubens Penha Cysne (<http://www.epge.fgv.br/users/rubens/>) é Diretor da EPGE/FGV**

¹ A área do Euro responde por algo em torno de 62% dos nossos investimentos diretos e 29% de nossas exportações.